

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA ANHATOMIRIM

No dia 13 de setembro de 2022, na Escola de Meio Ambiente, em Governador Celso Ramos, a partir das 14 horas, foi realizada reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Anhatomirim, com participantes conforme lista em anexo. O chefe do NGI ICMBio Florianópolis, Marcos César da Silva, faz a **abertura da reunião**. Na sequência, Heitor Macedo (ICMBio), faz a leitura da pauta. Foi informado que o Alex, da EPAGRI, que iria tratar da pauta sobre cultivo de algas, não pôde vir por problemas pessoais. Heitor informou que Ivon (escunas), Gil (Prefeitura), e Claudio (representante Costeira) justificaram ausência. William (Prefeitura) comenta que este Conselho é o mais representativo e que consegue coisas que os outros não conseguem. Heitor complementa que não é perfeito, mas, comparado aos conselhos de outras UC, este é um bom exemplo; fala sobre o número de representantes, que a sede do ICMBio questionou o porquê de tantas representações e que foi justificado. Ele comenta também que todo conselho, além dos representantes, é aberto, dá direito a participação e voz para quem quiser. **Relato sobre o GT Pinus:** Heitor disse que não fez a reunião, a qual era o coordenador do GT. O Plano de Manejo diz que era para retirar os Pinus em 10 anos, que foi feito um levantamento das áreas, que deve ser testada uma área piloto. William disse que tem que alterar uma lei municipal que solicita autorização para retirada de Pinus. Brendon (FAMGOV) esclarece que esta lei está revogada. Lourival (representante Areias) cita o caso que para retirar eucalipto custa 2000 reais, e pergunta se quem quiser tirar Pinus que cresceu naturalmente nas suas terras, pode. Heitor fala que pode, que não existe uma solução técnica única para retirada, que cada caso exigirá uma solução distinta, e cita três exemplos: o primeiro são plantações comerciais, que dá lucro retirar, podendo chamar uma empresa; o segundo são Pinus na beira da estrada, que são fáceis de retirar, mas não dão lucro; e o terceiro são árvores isoladas nas propriedades, que não dão lucro e serão difíceis de retirar. Godinho (IMA) comenta que há tempos existe esta preocupação, desde a época em que Diana Floriani era chefe da APA. Marcos responde que a ideia não grupo não é aprofundar técnicas, mas ver áreas piloto, para, a partir da experiência acumulada dos integrantes e do Instituto Hórus, verificar em conjunto como executar a retirada dos Pinus. Encaminhamento: Heitor se comprometeu a chamar o GT Pinus para uma reunião, que compreende os seguintes conselheiros e instituições: IMA, ICMBio, FAMGOV, EPAGRI, PMGCR, Escola de Meio Ambiente. Dona Maria (representante Costeira) pergunta o que será feito das áreas em que se retirar o Pinus. Fazer resort? Reflorestar? Heitor responde que existem várias possibilidades, que será visto caso a caso. **Relato sobre GT Trapiche:** Ivon (representante escunas), coordenador do GT, não participa da reunião mas em sua justificativa afirmou que Ci (representante Costeira) vai apresentar propostas de regra de uso. Marina (SPU) viu exemplos de placas de trapiches: que é público, que pode fazer embarque e desembarque, que carros são proibidos, que não pode deixar petrechos no trapiche... Ci comenta sobre horário para manutenção dos barcos. Ocorrem discussões sobre deixar aberto 24 horas ou fechar os trapiches (com corrente e cadeado). Cristiano (AMAG) comenta que carros no trapiche facilitam embarque e desembarque de pesca e petrechos. Heitor fala que terão regras gerais, para todos os trapiches, e específicas, para cada um em particular. Aline (visitante) defende que tem que ser mais largo e com espaço para retorno de veículos. Heitor diz que o plano de manejo da APA estabelece que é um trapiche por comunidade, com regras criadas pelos usuários, mas não estabelece nenhuma regra específica. Marina comenta que precisa de projeto estrutural para ver o quanto de peso suportam, e que provavelmente somente na Fazenda da Armação poderá ter carro no trapiche. Cristiano (AMAG) comenta que o trapiche da Caieira não é regularizado, e que Gil está vendo isso. Disse

que a licitação para a construção do trapiche da Armação da Piedade e para ampliação do da Fazenda da Armação deu zerada (ninguém se candidatou). Estão verificando o que aconteceu, pois tem os recursos e a licença. Encaminhamentos: o GT, sob coordenação de Marina e Ivon, irá debater nas comunidades e fazer um documento estabelecendo quais são as regras gerais (que valem para todos os trapiches) e quais são para cada um dos trapiches. **Pauta Ranchos:** Marcos faz o relato da situação do rancho do Magalhães, que quando as obras estavam prontas para ser iniciadas, faltando apenas “abrir o portão para passar o material”, a família Freitas se propôs fazer os ranchos de maneira que impactasse menos a paisagem. Que houve reunião chamada pelo Prefeito, que se eles fizerem há a vantagem de usar os recursos da Mendes Sibara para outro rancho ou para o aumento do rancho proposto para a Costeira, mas, por outro lado, que há preocupação com o tempo, assim como com eles depois de se comprometerem não fazerem. Que por isso eles apresentaram um cronograma, que o prazo é de três meses para os projetos complementares e três meses para a construção. Godinho (IMA) pergunta sobre o caminho e Marcos responde que o caminho é tradicional e que a construção do rancho não tem relação com o caminho nem com pretensão empreendimento no local. Marcos continua, coloca que o prazo é de três meses para os projetos complementares e três meses para a construção. Fala que o recurso que iria para Magalhães pode ir para ampliar rancho na Costeira ou para outra área. Mesmo ampliando o rancho na Costeira, ainda há ganho ambiental em relação à situação atual. Heitor dá o relato da situação da Caieira, que é uma área sensível, acrescido de marinha, que está estaqueado, tem lona, que tem uma barco que precisa ser retirado, que os projetos de cada local devem se adaptar ao ambiente e à vontade dos pescadores da comunidade. Josué (Prefeitura) questiona sobre a quinta área a ser contemplada com ranchos seja na Fazenda da Armação. Heitor diz que de fato há uma grande demanda na Fazenda, como em outras áreas, que a prioridade agora é resolver as quatro áreas atuais, que a entrada de nova área é demorada e desgastante, pois envolve a mudança de cessão da SPU, que a tendência hoje seria usar os recursos para aumentar na Costeira. Faz esclarecimentos sobre o contrato de concessão da área ao município, que não pode ter usos diversos, mas só para estruturas de pesca. Marcos (ICMBio) reforça que há várias instituições acompanhando, que há o processo judicial, que o MPF também acompanha e justifica novamente o ganho ecológico e social. **Pauta sobre cultivo de algas:** Cristiano (AMAG) comenta que no Plano de Manejo não se menciona este cultivo, que estabelece não pode espécie exótica na APA. Mas que a alga não espalha, que é boa e dá lucro (da espécie *Kappaphycus alvarezii*), que cada novo maricultor seria um “predador” (pescador) a menos. Pergunta se é possível mudar o plano de manejo e Heitor responde que sim. Pergunta se essa mudança é rápida fácil e Heitor responde que quem sabe bem sobre o tema é a Andrea (ICMBio). Que tem que ouvir especialistas e maricultores. William (Prefeitura) diz que tem que fazer um GT e trazer estudos, documentos. Dona Maria disse que não há condições de ter alga aqui. Encaminhamentos: Foi formado um GT Algas, com coordenação do Cristiano, e seguintes componentes: Edson, Gil, Fabiani e Sirlei. Este GT irá apresentar o tema ao conselho na próxima reunião, envolvendo também o técnico da EPAGRI que não pôde vir. **Pauta sobre fiscalização:** Heitor e Marcos relatam como funciona a fiscalização, que na APA é dividida principalmente entre ICMBio, FAMGOV e Polícia Ambiental. As denúncias em áreas urbanas consolidadas e menores são atendidas pela FAMGOV. As maiores, em áreas de mata ou mais sensíveis, pelo ICMBio. Além disso fazem ações conjuntas, mas que essas ações deviam ser mais frequentes. Brendon (FAMGOV) fala que estão com novos fiscais e que ICMBio pode encaminhar direto as denúncias por email, para dfisc@gmail.com. Em área marinha, quem mais fiscaliza é a Polícia Ambiental. Comenta que a relação com o Batalhão Ambiental é boa, tanto na APA quanto na Rebio Arvoredo, e que no mar a Polícia Federal

também atua, e que recebem muitas denúncias. Salles (Polícia Ambiental), faz uma fala de que seu órgão é o que mais atua aqui e no Arvoredo. Que além da fiscalização tem conversado bastante, tirado dúvidas dos pescadores, mas que também têm a obrigação de punir quem faz errado. Afirma que há mais problemas de fiscalização no Arvoredo que na APA. Comenta que não pode “facilitar” como alguns pescadores pedem, pois ao “facilitar” para o pescador correto, facilita para o incorreto também. Dá o exemplo do peixe espada, que pescadores de arrasto querem que seja liberado, mas que na verdade é exportado, e quem está acima do pescador (os atravessadores) ganha muito. Reforça que está sempre à disposição. Brendon, da FAMGOV, diz que também está sempre disponível. Questionado sobre o porquê das denúncias não poderem ser por anonimato, Brendon esclarece que o anonimato estava gerando muitas denúncias “sem pé nem cabeça”. Afirma também que a pessoa, ao denunciar, tem que se identificar, mas esta identificação é mantida em sigilo, que nem ele sabe quem é. Cristiano (AMAG) comenta que muitos pescadores não sabem ler, estão com carteira vencida, pede para a Ambiental encaminhar estes casos. Salles (Polícia Ambiental) responde que, na abordagem, já sabe quem é de boa fé ou não. **Pauta assuntos gerais:** Heitor explica sobre a cartilha construída em conjunto com PMGCR, que dá orientações sobre procedimentos de autorizações diversas. Informa que há ela em versão digital no site do ICMBio (<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-anhatomirim>) e da Prefeitura (<https://www.governadorcelsoramos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/165482>) e que será impressa com recursos da Eletrosul. Sobre as escunas, informa que terá um edital com as mesmas regras dos anos anteriores, que o ICMBio pensou em rediscutir estas regras, mas em ano eleitoral fica difícil, e que esta discussão (regras sobre escunas e condutores) deverá ocorrer no ano que vem, como revisão do plano de manejo. Dona Maria (representante Costeira) pergunta sobre a Ilha Anhatomirim, quando será reaberta. Josué (Prefeitura) pergunta sobre a Igreja da Armação da Piedade. Aline (visitante) diz que a Câmara questionou o MPF e que há um grupo da Armação lutando pela revitalização da Igreja. Sobre as Fortalezas, Heitor fala que a representante da UFSC não está, que há problemas de recursos e que devemos aguardar eles para tomarmos qualquer posição. William (Prefeitura) diz que tem que ver o que diz a UFSC em reunião que ocorrerá com Secretaria de Cultura e Comunicação de GCR, e quando tiver o resultado da reunião, vai colocar no grupo de whatsapp. Heitor coloca que o ICMBio, nos debates do Grupo de Trabalho das Fortalezas sempre defendeu que a UFSC é a instituição mais adequada para gerir as fortalezas e que sempre fez um ótimo trabalho, mas que as universidades estão com poucos recursos nos últimos anos. Comenta que nesse Grupo de Trabalho há projeto para envolver outros órgãos para auxiliar na gestão da Ilha, como ICMBio e Prefeitura. Heitor pede pontos de pauta para a próxima reunião, que surgem: Igreja da Armação: é a mais antiga de SC, mas está interdita. Que o Conselho possa ajudar a Igreja, que existe uma comissão de moradores para arrecadar recursos para sua restauração. William convida todos a ajudarem na comissão de amigos da Igreja, e pede isenção de IPTU. Aline fala sobre a rede de tratamento de esgotos com plantas, Wetland, que na Europa é ponto turístico, que o grupo aqui é bom para isso, e pede pauta para expor esta ideia. William comenta que Domingos, ex-oficial da Marinha, ofereceu casa para colocar wetland, e sugere chama-lo, que deu certo na casa dele, desde 2005. Coleta seletiva: alguém coloca que há posto de coleta, mas que tem que ter trabalho de educação ambiental nas escolas para as crianças educarem seus pais. Representante da prefeitura esclarece. Ficou encaminhado como pontos de pauta para a próxima reunião: Apresentação dos resultados dos GTs Trapiches, Pinus e Algas; Situação do patrimônio histórico na APA do Anhatomirim, convidando FCC, IPHAN e UFSC; wetland. Marcos encerra a reunião. Memória lavrada por Andrea Lamberts.